

## A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A QUESTÃO DA TERRA EM PAU DOS FERROS – RIO GRANDE DO NORTE

Antonio Alexsandro Neves (1); Antonio Carlos Leite Barbosa (2); Cicero Renato Lima (3);  
Hugo Leonardo Pontes Nunes (4); Felipe Mateus de Almeida (5);

<sup>1</sup>Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, [alexneves.2013@hotmail.com](mailto:alexneves.2013@hotmail.com); <sup>2</sup>Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA; [antonio.leite@ufersa.edu.br](mailto:antonio.leite@ufersa.edu.br); <sup>3</sup>Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, [netotr@hotmai.com](mailto:netotr@hotmai.com); <sup>4</sup>Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, [hugopdf@hotmail.com](mailto:hugopdf@hotmail.com); <sup>5</sup>Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, [felipe96ufersa@gmail.com](mailto:felipe96ufersa@gmail.com)

### Introdução

A cidade de Pau dos Ferros, enquadrada na região do “Alto Oeste” do Rio Grande do Norte, revela características históricas que remetem à formação e constituição das primeiras aglomerações no século XVIII, período marcado pela presença das ordens religiosas no território potiguar (TEIXEIRA, 2009). O povoado foi fundado em meados do século XVIII com área territorial de 782 km<sup>2</sup> como freguesia do município de Portalegre. Com a implantação da Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850 o patrimônio fundiário é transferido aos primeiros posseiros, que abriram vias secundárias e avenida principal dando maior fluxo ao movimento de pessoas e transporte da época com a consequente transformação da incipiente estrutura urbana. A pequena povoação é então elevada à categoria de Vila de Pau dos Ferros pela Lei n.º 344 de quatro de setembro de 1856. Na perspectiva socioespacial, o cotidiano ocorria em torno da capela e largo dedicado às missas, festejos e lazer na Praça da Matriz, lugar onde a Igreja Católica exercia sua centralidade eclesial, seu poder simbólico, tornando-se o principal agente modelador do espaço urbano na época. A Vila, então, apresentava crescimento populacional e aumento de atividades tipicamente urbanas no final do século XIX, até sua consequente elevação à categoria de cidade, concedido pela Lei n.º 5932 de 02 de dezembro de 1924. Nesta perspectiva, o presente estudo tem como objetivo compreender a produção do espaço urbano e a concentração fundiária na constituição do patrimônio da Igreja Católica e seus reflexos modeladores no processo de expansão da cidade desde seus primórdios.

### Metodologia

O percurso metodológico teve como recorte teórico, as principais categorias analíticas de Souza, (2006); Marx (1991); Vasconcelos (2010) e Teixeira (2009), referente ao fio condutor teórico, que contribuísse com o entendimento e concretude da base empírica. Por sua vez, a pesquisa de campo apoiou-se no levantamento de dados históricos coletados junto ao 1º Cartório Ofício de Notas em Pau dos Ferros,

Secretaria da Paróquia Nossa Senhora da Conceição e Arquivo Público da Câmara Municipal da cidade. O levantamento de dados empíricos constitui-se elemento chave no contexto do entendimento e consolidação dos principais resultados. No tocante ao recorte temporal, a pesquisa teve como ponto central, o período compreendido entre 1756, ano da fundação do primeiro aglomerado até 2016, período em que a Paróquia passou por diversas transformações estruturais em sua sede, simbolizando a renovação e manutenção da ideologia cristã dominante concomitantemente ao processo de manutenção da concentração fundiária na cidade.

## **Resultados**

- **A IGREJA CATÓLICA E A CONSTITUIÇÃO DE UM PATRIMÔNIO**

Igreja Católica se caracteriza como agente modelador do espaço urbano no contexto das cidades brasileiras, haja vista que além das atividades missionárias ela se apresenta por vezes como empreendedoras, construindo habitações ou abrindo caminho para melhoramento urbano. Dentre esses ofícios, o Clero Regular se dedicava ao ensino e, frequentemente, necessitava de recursos para sobrevivência. Desta maneira, num contexto mais amplo, recebeu quantidades enormes de terras e bens vindo dos fiéis, como dinheiro, casas, fazendas, engenhos, gados e até escravos, (VASCONCELOS, 2010). Vale mencionar que a relação entre a fé católica e o Estado, em certos momentos do período colonial, por vezes era conflituosa, confundindo os poderes da coroa e com os da Igreja.

- **OCUPAÇÃO E SACRALIZAÇÃO**

No período colonial, na então Capitania do Rio Grande, os colonizadores se estabeleciam onde fosse mais conveniente ao adentrarem no território, tendo a liberdade de circundar pela região. Esse método de colonização das povoações se estabelecerem nas proximidades das águas, as ribeiras, e era bastante desorganizado. Ao seguir a tendência das povoações estabelecendo-se nas proximidades de águas, principalmente às margens de rios, até início do século XIX, as ribeiras, configuraram-se principais referências para definição dos limites regionais. Também nesse período ainda, eram as paróquias locais, as responsáveis pela validação oficial das sesmarias adquiridas, cabendo aos vigários ou párocos das igrejas subscreverem, além das certidões, os registros de terras norteados a união entre a religião católica e o Estado em caráter oficial, (CAVALCANTE et al, 2010).

- **SECURALIZAÇÃO**

A Paróquia de Pau dos Ferros foi a primeira a ser construída na Região Oeste do estado, fundada em 1756. Contudo, o povoado é elevado à

categoria de Vila apenas cem anos depois, ao ser emancipado de Portalegre. A construção da capela foi iniciada em 1738 por mobilização popular, sendo concluída somente em meados da década de 1750, quando se deu a sua inauguração em 19 de dezembro de 1756, elevando o aglomerado à freguesia e, enfim, tornando-se a Igreja Matriz de Pau dos Ferros sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Em todo caso:

Sempre, no sistema de povoamento brasileiro e mesmo ibero-americano, a freguesia antecipa o Município. É o primeiro sinal de valimento demográfico e da fixação de interesses humanos a defender regularmente no plano sagrado. Anuncia a pequenina Capela que existe um rebanho cristão necessitado de pastor permanente e que as garantias substanciais da economia nascente se tornaram fecundas e garantidoras da estabilidade social e sistemática do povo reunido ou disperso nas lindes da pastorícia (CASCUDO, 1956, pág. 34).

Diante isso, a Paróquia adquiriu fieis e conseqüentemente no decorrer do século XIX, a prática de doações gerou um acúmulo fundiário significativo subsidiado pela crença da associação de fenômenos rotineiros benignos a um santo padroeiro<sup>1</sup>, convertendo tais virtudes alcançadas em tributos divinos. A cultura de concessões de terras, iniciada no momento da constituição da primeira capela, deixou no sertanejo pauferrense, a devoção cristã pela Igreja, realidade essa, que perpassou através do processo de secularização da cidade. Uma representação simbólica da ideologia dominante da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, foi à construção e inauguração em 1956, do Obelisco, marco da intrínseca relação igreja-estado na cidade. Atualmente, o município passa por um processo de expansão horizontal e econômica, tendo nitidamente uma separação completa, entre a Igreja e demais agentes produtores do espaço urbano, a saber: os promotores imobiliários, o Estado, os produtores dos meios de produção e a classe de menor estatuto social, configurando um espaço urbano fragmentado, mais ainda repleto de significados do passado.

- **QUESTÃO FUNDIÁRIA**

No campo fundiário, presencia-se cada vez mais a informalidade urbana em extensas áreas consolidadas construídas em terras da Paróquia, pois a Igreja Católica apesar de ter cedido o direito de uso e domínio útil para a população construir edificações residenciais e até mesmo comerciais, apenas perpetua a enfiteuse<sup>2</sup> de suas posses, permanecendo ainda como senhora e dona efetiva da terra. Nitidamente segregando o espaço e as camadas sociais da população especialmente as de menor estatuto social. Complementa a assertiva um trecho de (TEIXEIRA, 2009. p.392 e 393):

<sup>1</sup> A padroeira da cidade de Pau dos Ferros é Nossa Senhora Imaculada Conceição.

<sup>2</sup> Convenção pela qual o dono de um prédio transfere para outrem o seu domínio útil em troca de um foro. Publicado em: 2016-09-24, revisado em: 2017-02-27. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/enfiteuse>>. Acesso em: 28/08/ 2017 (83) 3322.3222

A questão fundiária não pode ser compreendida fora da relação que se estabeleceu entre Igreja e o Estado; Essa união indissociável está na origem do padroado, acordo de direitos e deveres recíprocos entre a Igreja e o Estado, instituído no Brasil em meados do século XVI, que consiste no dever do Estado em estimular, por seus próprios meios, a obra da organização da Igreja Católica no Novo mundo e sua cristianização, como contrapartida pelo direito temporal sobre as terras descobertas. Em outras palavras, tratava-se da legitimação da conquista, que somente a Igreja podia conceder naquele período histórico.

Conforme Teixeira menciona, a o processo histórico de concentração fundiária pela Igreja vem reforçar a manutenção de um patrimônio constituído ao longo da evolução das cidades brasileiras e, notadamente no caso de Pau dos Ferros, esse domínio fundiário ainda é realidade. Para tanto, Marx (1980) evidencia que essa característica de concentração fundiária formada por vezes no entorno da Igreja, constitui-se elemento norteador do ordenamento do largo próximo à edificação religiosa, intervindo diretamente na estruturação urbana da localidade e originando inevitavelmente palco de festas e eventos voltados a um santo padroeiro, definindo a praça como:

logradouro público por excelência, a praça deve sua existência, sobretudo, aos adros das nossas igrejas. (...) A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas (MARX, 1980, p.49).

Com isso, Marx (1989) ao averiguar as transformações do “espaço urbano público brasileiro”, analisa que as localidades possuem diretamente uma essência religiosa, ligada ao conceito de sagrado fomentado pelo Estado laico<sup>3</sup>, visando à aglutinação dos acontecimentos religiosos com a vida cotidiana. Portanto, é notório que o patrimônio em especial no interior de uma vila ou cidade responde a determinadas demandas pré-estabelecidas por interesses sobre o chão e seus devidos cuidados. Com efeito:

lógica que talvez não seja ‘racional’, mas é a mais forte dos interesses, das conveniências associadas de concessionário de datas de terra e de governo municipal concedente; lógica da tensão entre o solicitante de chão na vila ou cidade e as necessidades e cuidados desta, através do seu concelho municipal, perante o chão que se delineava, demarcava e abria efetivamente como área de todos para todos.(MARX, 1991,p.15)

Contudo a figura católica em seu papel de agente modelador do espaço urbano contribuiu com o desenvolvimento do município baseado em preceitos, ora religioso, visto que a população pioneira se caracterizava pelo grande apreço católico devido à ideologia cristã e hierárquica da Igreja Católica, ora, político e econômico, como elemento determinante do domínio sociocultural de Pau dos Ferros. Essa característica concorreu para o acúmulo do capital da terra no processo evolutivo da cidade. Tal ideário soberano se propaga pertinentemente a

---

<sup>3</sup>Estado laico é estado leigo, secular (por oposição a eclesiástico). É estado neutro. MICHAELIS: Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2000, p. 355.

necessidade que a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição tinha de preservar sua monumentalidade hierárquica política, econômica e arquitetônica, Figuras 1 e 2, como anseio da população diante o processo de urbanização da urbe, evidenciando-a como marco fundamental da expansão urbana, confirmando a intangibilidade do divino intocável.

Figura 01: Transformações da fachada da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Pau dos Ferros



Fonte: LIMA, 1956; Foto por Vincente A. Queiroz, 2009; Foto por Marcos Elias, 2016

Figura 02: Reformas do altar (da esquerda para a direita) - até 1969, de 1969 a 1999, de 1999 a 2011, de 2011 até hoje



FONTE: culturapauferrense.blogspot.com.br

Portanto, Pau dos Ferros tem seu processo de fundação respaldado pela forte religiosidade e seu desenvolvimento no decorrer da história é alimentado pela instituição, através de suas obras, que são mantidos desde seus primórdios, e protagonismo político, arquitetônico e simbólico.

### **Conclusões**

No caso de Pau dos Ferros, a Igreja ainda tem para si grande poder econômico, político, ideológico e territorial. O processo histórico de estruturação da cidade é fortemente marcado pela instituição eclesiástica por meio tanto dos elementos visíveis, construídos, como sua capela, praças, seus centros de saúde, quanto aos símbolos, sua representação e posses de terra. Dessa forma, por questões histórico-culturais intrínsecas à cidade, a Igreja mantém sua influência até hoje e se integra ao cotidiano da população. Tanto a arquitetura, quanto a localização, a estética, a monumentalidade e mesmo

os sentidos daqueles que interagem com a instituição, contribuem na amplificação dessa percepção em Pau dos Ferros perpassando pelo processo de secularização. A entidade teve e permanece como papel determinante na história da cidade tanto como instituição forte e fechada politicamente, quanto agente modelador do espaço urbano, que abriu caminhos, vias e melhoramentos urbanos durante as transformações do tecido urbano, configurando-se por meio do seu poder e concentração fundiária, um importante vetor de expansão urbana no município. Concentração e patrimônio fundiário, que traz em si, uma trama de conflitos socioespaciais, mas carregados de significados do passado.

**Palavras-chave:** Agentes modeladores, Sacralização, Secularização, Igreja Católica, Nordeste-Brasil.

### **Referências**

- CASCUDO, Luís Câmara. **Viajando o Sertão**. 4.d. São Paulo: Global: 2009.
- CAVALCANTE, Manoel. **Cultura Pauferrense**. Pau dos Ferros. [Blog Internet]. Disponível em :< <http://culturapauferrense.blogspot.com.br/>>. Acesso em 29/ 08/ 2017.
- CAVALCANTE, Maria Bernadete; DIAS, Thiago Alves; DINIZ, Mônica (Org.). **Portalegre do Brasil: história e desenvolvimento – 250 anos de fundação de Portalegre**. Natal,: EDUFRN, 2010.
- FERNANDES, Edésio. et al. **Regularização fundiária plena, referências conceituais**. Brasília. Ministério das Cidades. 2007.
- LIMA, Manoel Jácome de. Município de Pau dos Ferros. In: **Revista comemorativa do bi-centenário da paróquia e do centenário do município de Pau dos Ferros**. Natal: Centro de Imprensa S. A., 1956. p.17-30.
- MARX, Murillo. **Cidade no Brasil: em que termos?**. São Paulo: Nobel, 1999.
- MARX, Murillo. **Cidade no Brasil: terra de quem?**. São Paulo: Nobel / EDUSP, 1991.
- MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: EDUSP, 1989.
- ROCHA, Ronaldo H. Giovanini. A Influência da Igreja Católica nas Políticas Urbanas nas Minas Gerais. In: SIMPÓSIO DA ABHR-SP,10. SAEPE, 2008. **Anais eletrônicos...** p. 94-94.
- TEIXEIRA, Rubenilson B. **Da cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana**. Natal: EDUFRN, 2009.
- VASCONCELOS. Pedro Almeida. Os agentes modeladores de salvador no período Colonial. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Unifacs, 2010.